

Superior Tribunal de Justiça

PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.789.973 - SC (2019/0000909-8)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
REQUERENTE : FABIO HENRIQUE NASCIMENTO
ADVOGADOS : CRISTIANO DE FREITAS FERNANDES - DF013455
HONÓRIO NICHELATTI JÚNIOR E OUTRO(S) - SC015849
EDUARDO LORENZONI CANDEIA - DF025430
THAISE FRANCELINO CORREIA E OUTRO(S) - DF056038
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de requerimento formulado por FÁBIO HENRIQUE NASCIMENTO, às e-STJ fls. 908-911, pelo qual informa a sua absolvição na esfera administrativa e postula a reapreciação da condenação criminal decretada nestes autos sob a perspectiva de novo contexto fático retratado nos autos do Processo Ético-Disciplinar n. 0112/2019, em trâmite no Conselho Federal de Medicina.

Alega, em síntese, que a absolvição administrativa perante o referido órgão de classe "*se deu em razão de inexistir prova concreta de que ele teria se ausentado da sala de cirurgia. Há identificação de divergência na prova testemunhal e documental, de modo que, como não poderia deixar de ser, a decisão absolutória valeu-se do princípio do indubio pro reu (sic), segundo o qual, como é de sabença, em caso de dúvida razoável quanto à culpabilidade do acusado, milita a seu favor a presunção de inocência, uma vez que a culpa penal deve restar plenamente provada*" (e-STJ fl. 910).

Por esse prisma, propõe a reversão do decreto condenatório expedido em seu desfavor nesta ação penal.

É o relatório.

Não há como conhecer do pedido declinado.

O requerimento apresentado, além de envolver clara inovação fática em relação aos termos do recurso especial interposto nos autos, demandaria, para sua análise, amplo revolvimento de questões probatórias, o que não é admissível nesta fase processual.

Ademais, o acórdão de parcial provimento ao agravo regimental da defesa foi publicado na imprensa oficial no dia 30/9/2019 (e-STJ fl. 905) e contra ele o requerente não se opôs mediante recurso legalmente cabível. Essa situação acarreta o esgotamento da jurisdição desta Corte Superior e, uma vez certificado o trânsito em julgado, deverão ser baixados os autos à origem para o início da execução penal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do Código de Processo Civil, c/c o art. 34, XVIII, *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do pedido de e-STJ fls. 908-911.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI
Relator